



# LEI 8.112/1990

## ESTATUTO DOS SERVIDORES FEDERAIS

Prof. Herbert Almeida

1

© PROF HERBERT ALMEIDA



**Estratégia**  
Concursos

2



# LEI 8.112/1990 (SEGUNDA PARTE)

Prof. Herbert Almeida

3



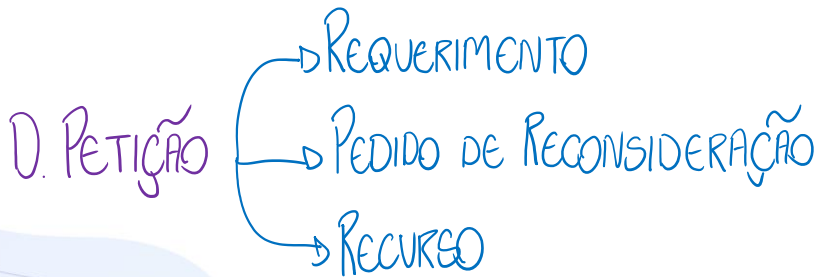
# DIREITO DE PETIÇÃO

Prof. Herbert Almeida

4

## DIREITO DE PETIÇÃO

- ↳ DIREITO → CF (A. 5º, XXXIV, "6")
- ↳ SOLICITAR ALGUMA PROV. ORGÃOS PÚBLICOS



f i y /profherbertalmeida

5

## REQUERIMENTO

(ARTS. 104-105)

- ↳ SERVIDOR REQUERER
  - ↳ DEFESA DE DIREITO
  - ↳ INTERESSE LEGÍTIMO
- ↳ DIRIGIDO À AUTORIDADE COMPETENTE
  - ↳ VIA HIERÁRQUICO → P/ INTERM. DA CHEFIA
- ↳ PRAZOS:
  - ↳ DESPACHADO → 5 DIAS
  - ↳ DECIDIDO → 30 DIAS

f i y /profherbertalmeida

6

## PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

- MESMA AUTORIDADE
- Ñ PODE SER RENOVADO
- PRAZO
  - ↳ P/ INTERPOSIÇÃO → 30 DIAS
  - ↳ PROCESSAMENTO
    - ↳ 5 DIAS DESPACHADO
    - ↳ 30 DIAS DECIDIDO

## RECURSO

- ① AUTORIDADE SUPERIOR
- ② CABE RECURSO
  - ↳ INDEF. DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO
  - ↳ DECISÕES RECURSOS SUCESSIV. INTERPOSTOS
- ③ SERÁ DIRIGIDO → IMED. SUPERIOR À QUE PROFERIU A DECISÃO
- ④ VIA HIERÁRQUICA → CHEFIA
- ⑤ PRAZO P/ INTERPOSIÇÃO → 30 DIAS

## RECURSO

~~10~~ → 10 → 10M+1

⑥ PODERÁ → E. SUSPENSIVO  
→ A JUÍZO DA AUTORIDADE COMPETENTE

⑦ PROVIMENTO → P. RECONS. / RECURSO  
→ RETROAGIRÃO → DATA DO ATO IMPUGNADO

## PRESCRIÇÃO → DIREITO DE REQUERER

① PRAZOS → 5 ANOS → DEMISSÃO E AFINS / INTERESSE PATRIMONIAL / CRÉDITOS RELAÇÃO DE TRIB.  
→ 120 DIAS → DEMAIS CASOS

② QUANDO → PUBLICAÇÃO / CIÊNCIA

③ INTERROPEM → PED. RECONS. / RECURSO

④ ORDEM PÚBLICA → Ñ RELEVADA

## Analista Judiciário/TRE PI



Quanto ao direito de petição, assinale a opção correta nos termos do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

- a) Assim como ocorre com o recurso tempestivo, o pedido de reconsideração interrompe a prescrição.
- b) Caso tenha sido excluída vantagem do contracheque, o requerimento para a defesa do direito deverá ser dirigido à autoridade a que estiver subordinado o servidor.
- c) Recurso interposto contra decisão que aplicar penalidade de suspensão ao servidor deverá ser recebido com efeito suspensivo.

Lei 8.112/1990  
Prof. Herbert Almeida

11

## Analista Judiciário/TRE PI



- d) O recurso será cabível contra ato decisório praticado, sendo inadmissível a sua interposição contra decisão que indeferir o pedido de reconsideração.
- e) O prazo para a interposição de pedido de reconsideração de ato que aplicar a penalidade de demissão não poderá ser relevado pela administração.

**Gabarito: alternativa A.**

Lei 8.112/1990  
Prof. Herbert Almeida

12



13



14